Rotas de consagração

Adriana Facina

A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)

Alessandra El Far
Rio de Janeiro, FGV, 2000. 156 p.

O livro de Alessandra El Far, que resulta de sua dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, situa-se na fronteira entre a antropologia e a história, *locus* a partir do qual têm sido produzidos inúmeros trabalhos relevantes no campo das ciências sociais. Especialmente no que diz respeito a uma história/antropologia dos intelectuais brasileiros. Lembro aqui, por exemplo, dos trabalhos de sua orientadora, Lilia Moritz Schwarcz, e também do importante livro de Luís Rodolfo Vilhena sobre o movimento folclórico brasileiro.[1]

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 28, 2001, p. 211-217.

Assim como Luís Rodolfo procurou entender os sentidos das proposições dos folcloristas e de seus esforços para institucionalizar os estudos de folclore no Brasil, no período compreendido entre 1947 e 1964, Alessandra El Far centra sua pesquisa na lógica interna da Academia Brasileira de Letras, analisada a partir dos projetos elaborados por seus membros para a sua fundação e consolidação no seio da sociedade brasileira, durante a *belle époque*. O importante é notar que nesses trabalhos o contexto histórico não é visto como um conjunto de fatos e acontecimentos predeterminados, como se fosse um pano de fundo, e sim como algo que confere significado às ações e às elaborações intelectuais desses homens de letras.

Outro aspecto fundamental da pesquisa de Alessandra El Far está relacionado a uma revisão da história dos intelectuais brasileiros pertencentes à geração imediatamente anterior ao modernismo.[2] Essa geração foi freqüentemente associada, a partir da crítica modernista, ao passadismo ou, no melhor dos casos, a um "pré-modernismo" cujo maior feito teria sido o de anunciar as transformações que seriam realizadas pela geração seguinte. Da ótica do historiador informado pela antropologia, ou do antropólogo em diálogo com a história, cada geração de intelectuais deve ser compreendida com base em seus próprios projetos, em suas obras, em suas disputas e conciliações, enfim, em seu próprio contexto. Ou, nos termos de Bourdieu, procurando-se perceber a situação do campo intelectual num dado momento histórico e a sua articulação com outros campos, em particular, o campo do poder.

Com um texto elegante e muito bem escrito, Alessandra El Far narra a história da fundação da Academia Brasileira de Letras, analisando o processo de aquisição e consolidação do prestígio dessa instituição frente à elite carioca da época. Num cenário onde os literatos, muito freqüentemente, tinham de exercer outras funções para assegurar o seu sustento, o projeto de fundação de uma academia de letras apareceu como uma possibilidade de unir a autonomia no trabalho com estabilidade financeira e consagração social. Com esses objetivos, os literatos colaboradores da *Revista Brasileira* fundaram a Academia Brasileira de Letras em 20 de julho de 1897. O modelo adotado foi o da *Académie Française de Lettres* e, assim como esta nascera em 1635, com a proposta de oficializar uma ortografia francesa, a missão dos acadêmicos da Academia Brasileira de Letras seria a "de trabalhar pela unidade da língua portuguesa no país e pelo cultivo da nossa história literária, aspectos por eles considerados fundamentais para uma nação emergente" (p. 15).

A autora enfatiza, entretanto, que a preocupação com a nacionalidade através da afirmação da importância do cultivo da língua e da literatura brasileiras pouco se traduziu em ações concretas nessa direção. Dizendo de outro modo, não foi esse o principal tema das sessões ordinárias da Academia ao longo daquele

período. Apesar da realização de uma reforma ortográfica em 1907, que foi combatida pelos jornais e acabou revogada em 1915, pode-se afirmar que o centro das atenções dos acadêmicos brasileiros estava voltado para "criar raízes para a sua futura glória institucional" (p. 133). Era fundamental, para isso, constituir meios para a obtenção de tais glórias e é precisamente a elucidação desse processo de consagração dos acadêmicos e de sua Academia o eixo do livro.

O mundo das letras que transparece no texto de Alessandra El Far não é de modo algum homogêneo. Não havia homogeneidade entre os literatos voltados para a consolidação da Academia, assim como havia homens de letras que criticavam e ridicularizavam a instituição nas páginas dos jornais da época. A ausência de unanimidade externamente e as disputas internas em torno de que tipo de instituição se queria construir fazem do processo histórico de consagração da Academia Brasileira de Letras, como portadora de uma tradição literária legítima, um objeto de investigação ainda mais interessante.

Foi a busca de prestígio e de reconhecimento social que deu sentido, por exemplo, à escolha do modelo francês de academia de letras. A França era a grande referência de civilização para a elite carioca da *belle époque*. Portanto, a inspiração na instituição literária francesa era um primeiro passo na tentativa de fazer da Academia Brasileira de Letras um espaço de sociabilidade letrada pautado pela sobriedade e pela boa educação, o que, ao mesmo tempo, possibilitaria um estreitamento dos vínculos com essa elite em questão e conferiria autoridade ao discurso dos literatos. Porém, partindo da premissa de Marshall Sahlins de que "toda reprodução da cultura é uma alteração", a autora ressalta que não existiu uma imitação completa, e sim uma adaptação dos parâmetros da academia francesa às especificidades nacionais. A principal diferença era que a academia brasileira, além da preocupação com a ortografia, que era comum à sua correspondente francesa, "propunha também o cultivo da literatura nacional, cabendo assim elaborar uma história oficial das obras e dos autores mais importantes para a nação" (p. 59). Com esta finalidade, criou-se a idéia de adotar um patrono para cada uma das quarenta cadeiras da Academia. Esses patronos seriam escritores brasileiros falecidos que fossem considerados marcos da história da literatura brasileira. A partir da invenção de uma tradição literária, iniciava-se assim o culto dos antepassados e toda uma série de rituais que pudessem, nos termos da autora, encenar a imortalidade dos integrantes dessa tradição.

Mas como consolidar tal instituição, que se pretendia portadora da tradição das letras do país, num contexto extremamente adverso para o trabalho autônomo dos literatos? Alessandra El Far lembra que apesar da expansão da imprensa jornalística, ocorrida a partir da década de 1880, ter oferecido aos literatos a oportunidade de "sobreviver da própria pena", isto estava longe de significar estabilidade financeira para a maioria deles. Dessa maneira, se a

novidade de poder obter sustento através da publicação de seus escritos era bem-vinda, por outro lado isso fazia com que muitos desses escritores tivessem de trabalhar em diversos jornais simultaneamente e de escrever uma imensa quantidade de textos para conseguir um salário que lhes permitisse viver com um mínimo de dignidade. Assim, se o caminho estrito da profissionalização era difícil e apenas dava os seus primeiros passos, de alguma maneira uma parcela desses literatos procurou legitimar o seu ofício, e mesmo ascender socialmente, através de uma instituição que pudesse fornecer-lhe autoridade e reconhecimento.

O caminho de consolidação da Academia, desse modo, não foi fácil. Seria preciso elaborar estratégias que permitissem que o destino da Academia Brasileira de Letras não fosse o mesmo de inúmeras outras agremiações literárias que haviam desaparecido pouco tempo depois de fundadas. A proposta inicial de Lúcio de Mendonça indicava uma instituição que contasse com a proteção do governo federal. O apoio do governo seria fundamental não somente para conferir legitimidade e permanência à instituição, mas principalmente para garantir autonomia para as publicações de seus literatos. Se a Academia obtivesse sucesso em conseguir esse apoio do governo republicano, esperava-se que, além da infra-estrutura necessária para o funcionamento da instituição, os acadêmicos pudessem publicar seus trabalhos pela Imprensa Nacional, escapando assim da dependência das poucas casas editoriais existentes no período e adquirindo uma posição privilegiada no mercado editorial. Para conseguir tal intento, porém, a Academia deveria ser um local neutro, onde as paixões políticas não penetrariam.

O projeto de uma academia de letrados tutelada pelo governo republicano, entretanto, sofreu intensa oposição dos jornais. Os jornais cariocas da época foram objeto da pesquisa intensiva da autora e ajudaram-na a traçar a trajetória da instituição em seus primeiros anos. A Academia nunca contou com a aprovação irrestrita de tais periódicos, embora se perceba um aumento do destaque dado aos assuntos acadêmicos por essas publicações, em consonância com a paulatina aquisição de prestígio da instituição frente à elite carioca. Talvez houvesse sido interessante situar essas publicações no campo cultural e político da época, para que se pudesse entender melhor o porquê das diferentes posições em relação à Academia Brasileira de Letras que aparecem em suas páginas. O fato de a autora utilizar como fontes primárias publicações de naturezas distintas e tendências políticas diversas é um mérito do trabalho, e a sua análise poderia ter alcançado ainda mais densidade se tais diferenciações houvessem sido delimitadas.

Mas não foi somente nos jornais que houve resistências às propostas de Lúcio de Mendonça. O esperado apoio do governo federal não veio, mas mesmo assim a Academia foi inaugurada em 1897, tendo Machado de Assis como

presidente. Nos seus primeiros anos, a Academia não possuía sede própria, e era preciso buscar ao menos algumas concessões do governo para que a sua consolidação não fosse inviabilizada, já que não se poderia contar com a contribuição financeira de seus membros, posto que muitos deles viviam em condições materiais precárias. Se a missão de salvaguardar a língua nacional não era suficiente para atrair o mecenato oficial, outros recursos deveriam ser acionados para conquistar a simpatia dos poderosos do mundo da política.

Em primeiro lugar, a Academia deveria ser um local respeitável e sofisticado. O bom gosto acadêmico exigia uma etiqueta e uma compostura avessas ao desregramento do mundo boêmio (do qual, aliás, vários acadêmicos fizeram parte, como Emílio de Menezes e João do Rio). Portanto, mais do que ter talento literário, o candidato a acadêmico deveria compartilhar com os seus pares de um certo *ethos* aristocrático. E era nas eleições de novos membros que as divergências em torno da identidade dos letrados surgia de modo mais intenso no seio da Academia.

A partir desse debate em torno das características dos possíveis membros da Academia, Alessandra El Far apresenta a "teoria dos expoentes", cujo principal defensor era seu secretário-geral, Joaquim Nabuco. Por meio da correspondência trocada entre Nabuco e Machado de Assis, a autora identifica um projeto de expansão da noção de homens de letras para que a Academia pudesse contar, entre seus membros, com "personalidades de todos os segmentos representativos da sociedade brasileira" (p. 83). Esta política dos *seigneurs*, embora não lograsse uma unanimidade entre os acadêmicos e fosse ironizada nos jornais, acabou por se configurar numa estratégia eficaz que deu estabilidade, visibilidade e prestígio à Academia Brasileira de Letras.

A incorporação de personalidades nos seus quadros como estratégia de aquisição de prestígio unia-se aos rituais e encenações que procuravam consagrar a tradição da qual a instituição se considerava herdeira. Através da análise cuidadosa das atas acadêmicas, a autora acompanha o processo de construção de uma memória que visava a louvar os antepassados e também conferir aos acadêmicos do presente um lugar de destaque na sociedade carioca. Nesse processo, os rituais que constantemente celebravam a imortalidade dos acadêmicos eram fundamentais. Alessandra El Far concentra-se nas sessões de recepção dos acadêmicos recém-eleitos, momentos nos quais a teatralização da imortalidade chegava ao ápice. Esses eventos, aos poucos, passaram a reunir a alta sociedade carioca e a merecer inúmeras reportagens nos jornais. Os discursos que relacionavam o passado e o presente da Academia, o uso do fardão a partir de 1910 e o ar solene das cerimônias compunham "um ritual preciso através do qual os acadêmicos afirmavam sua unidade institucional perante a sociedade e consolidavam a filiação entre seus membros" (p. 108).

Todos esses esforços não foram em vão. Embora os debates que questionavam a identidade dos acadêmicos como homens de letras, assim como a qualidade de suas obras, continuassem a ocorrer ao longo do período, a Academia chegou em meados da década de 1920 com sede própria, boa situação financeira e gozando de prestígio. O equilíbrio financeiro veio com a morte do editor Francisco Alves, em 1917, que deixou sua herança para a instituição. Isto se refletiu no aumento do número de candidatos à imortalidade, atraídos agora não apenas pelo reconhecimento social trazido por tal título, mas também pelo "negócio", nos termos de Lima Barreto, ou seja, a possibilidade de extrair vantagens materiais mais substanciais através, por exemplo, do recebimento de *jetons* pela presença nas sessões acadêmicas. Nas palavras da autora:

> Se nesses primeiros tempos o mérito de pertencer à Academia era considerado relativo pela maioria dos homens de letras do país, ao longo das décadas de 1910 e 20, com o crescente prestígio dessa associação, o reconhecimento pela via institucional tornou-se indispensável para muitos dos que desejavam consagrar-se na carreira literária. (p.122)

Com a polêmica em torno da palestra proferida por Graça Aranha em 1924, intitulada "O espírito moderno", a Academia sofreu o seu primeiro ataque frontal por parte de um de seus membros. Graça Aranha defendeu a tese de que a Academia era uma imitação e propôs uma adaptação da instituição ao ideário modernista, particularmente no que diz respeito à questão da língua nacional. Seu projeto acabou rejeitado e Graça Aranha renunciou à imortalidade, sendo todo esse desenrolar acompanhado com interesse pelos jornais, gerando intensas polêmicas. A geração modernista foi implacável com os acadêmicos, acusando-os de alheamento em relação à realidade nacional, de passadismo, de imitação do estrangeiro. A investida contra a Academia Brasileira de Letras foi parte de outro processo de consagração, o dos jovens literatos que desejavam ampliar e modernizar o mundo das letras nos anos 1920.

É importante lembrar aqui, mais uma vez, das reflexões de Pierre Bourdieu acerca dos processos de consagração no campo intelectual. A disputa de capital simbólico é parte da dinâmica que leva à consagração e, muito freqüentemente, ela opõe as gerações mais novas (não no significado biológico do termo, mas sim no sentido de não possuírem uma posição consolidada no campo) aos que já têm assegurado prestígio e reconhecimento social.[3] Dessa maneira, ao elegerem os acadêmicos como um de seus alvos privilegiados de críticas e ataques, os modernistas apontaram para o fato de que, mesmo sem nunca terem contado com a aprovação unânime do mundo das letras, esses

imortais conseguiram construir uma instituição que não poderia mais ser ignorada na vida literária nacional.

Notas

1. De Lilia Moritz Shwarcz ver, em especial, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930* (São Paulo, Companhia das Letras, 1993). A referência completa do livro de Luís Rodolfo Vilhena é *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964* (Rio de Janeiro, Funarte/FGV, 1997).

2. Uma das referências fundamentais aqui é o trabalho de Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão* (São Paulo, Brasiliense, 1983).

3. Ver especialmente *As regras da arte* (São Paulo, Companhia das Letras, 1996).